

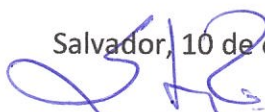
EXMO. SR. DR. PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEMINFRA DE MACEIÓ, ALAGOAS.

CONCRETA TECNOLOGIA EM ENGENHARIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 15.231.897/0001-31, com sede na Rua Professor Fernando Rocha, n. 291, Paralela, CEP 41.730-100, Salvador/BA, vem **IMPUGNAR o RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.**, nos termos das contrarrazões anexas, a qual impugna o Recurso da concorrente retrocitada e sustenta o acerto da decisão que CLASSIFICOU a Recorrida, na **Concorrência Pública n. 006/2023**, do tipo menor preço global, sob regime de execução indireta de empreitada por menor preço unitário, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCOSTA E ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES NO VALE DO REGINALDO, DIVIDIDO EM CINCO LOTES, NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL**, com base nas considerações, fundamentos e argumentos que seguem.

Preenchidas as formalidades de praxe, requer sejam as presentes contrarrazões em tela encaminhado à Autoridade Superior, quando espera seja negado provimento ao recurso apresentado pela **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.**

Nestes termos,
Pede deferimento.

Salvador, 10 de outubro de 2023.



CONCRETA TECNOLOGIA EM ENGENHARIA
Carlos Eduardo Santos dos Reis
Gerente Comercial

CONCRETA TECNOLOGIA EM ENGENHARIA LTDA.
CONTRARRAZÕES RECURSAIS

RECORRIDA: CONCRETA TECNOLOGIA EM ENGENHARIA LTDA.
RECORRENTE: GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.
Concorrência Pública n. 006/2023

Ínclita Comissão Julgadora,

Por decisão calcada no melhor direito, entendeu por bem a Comissão Permanente de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia – CPLOSE da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINFRA em **HABILITAR** a Recorrida para executar a seguir na **Concorrência Pública n. 006/2023**. Ocorre que, irresignada com a decisão, a **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** opôs o recurso ora impugnado, sem qualquer base de sustentação, como ora se verá.

I - DA DECISÃO DA ILUSTRE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – CPLOSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEMINFRA

01. A Comissão Permanente de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia – CPLOSE da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINFRA, após vista e análise de todos os documentos apresentados pelas Licitantes JOTAGÊ ENGENHARIA COMÉRCIO E INCORPORAÇÕES LTDA.; GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.; JATOBETON ENGENHARIA LTDA.; DAUD EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA.; CONCRETA TECNOLOGIA EM

92

ENGENHARIA LTDA.; RENOVE SOLUÇÕES ESTRUTURAIS LTDA.; CBS CONSTRUTORA BAHIANA DE SANEAMENTO LTDA. e AAHBRANT ENGENHARIA & CONSTRUÇÕES LTDA. decidiu pela HABILITAÇÃO das JOTAGÊ ENGENHARIA COMÉRCIO E INCORPORAÇÕES LTDA. (Lote 05); GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA. (Lotes 01, 02 e 04); JATOBETON ENGENHARIA LTDA. (Lotes 03 e 04); DAUD EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (Lotes 01 e 05); CONCRETA TECNOLOGIA EM ENGENHARIA LTDA. (Lotes 01, 02, 03 e 04) por atenderem aos requisitos editalícios, conforme Resultado publicado no Diário Municipal de Maceió, Alagoas n. 6.772a – Edição Extraordinária, publicado no dia 22 de setembro de 2023.

02. O mesmo Resultado INABILITOU as Licitantes RENOVE SOLUÇÕES ESTRUTURAIS LTDA. (Lote 02); CBS CONSTRUTORA BAHIANA DE SANEAMENTO LTDA. (Lotes 1, 2, 3 e 5) e AAHBRANT ENGENHARIA & CONSTRUÇÕES LTDA. (Lotes 1, 2, 3, 4 e 5), por não atenderem aos requisitos editalícios.

03. Desta decisão as Licitantes AAHBRANT ENGENHARIA & CONSTRUÇÕES LTDA.; JATOBETON ENGENHARIA LTDA.; e GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA. recorreram.

II - DO RECURSO DA GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA..

04. *Ab initio*, importante descortinar a pretensão da Recorrente que, mesmo sem qualquer embasamento legal, como se verá adiante, busca a INABILITAÇÃO da **CONCRETA TECNOLOGIA EM ENGENHARIA LTDA.**, entendendo que não atendeu ao item 8.12.2.5 do Edital.



05. Argumenta a Recorrente que a **CONCRETA TECNOLOGIA EM ENGENHARIA LTDA.** descumpriu o item 8.12.2.5, referente à recomendação que os atestados de capacidade técnica estejam consolidados com suas respectivas informações no formulário constante no ANEXO I.

06. Vê-se que a única alegação de descumprimento da **CONCRETA TECNOLOGIA EM ENGENHARIA LTDA.** foi quanto a forma e não quanto à matéria. A Recorrente não alegou a AUSÊNCIA de atestados de capacidade técnica ou a sua incompletude, mas tão somente que, aparentemente, está em local diverso do RECOMENDADO.

07. A **CONCRETA TECNOLOGIA EM ENGENHARIA LTDA.** apresentou o formulário recomendado na página 104 (ANEXO DO EDITAL I-I RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELOS PROFISSIONAIS INDICADOS – CAT) da documentação de habilitação, renovando a juntada aqui (doc. 01).

08. Vê-se que o item apresentado no Recurso da **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** foi devidamente combatido, sequer sendo eficaz para servir de embasamento para interposição de recurso, tendo em vista que se trata de mera RECOMENDAÇÃO. Ainda que fosse uma determinação, INABILITAR uma Licitante por apresentar o formulário requerido em local distinto do determinado seria totalmente contrário aos ditames da Lei de Licitações, uma vez que priorizaria a forma em detrimento da matéria.

09. Por este motivo, conclui-se que a HABILITAÇÃO da **CONCRETA TECNOLOGIA EM ENGENHARIA LTDA.** foi a decisão mais acertada da CPLOSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEMINFRA.



III - DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DA DECISÃO ASSERTIVA DA ILUSTRE CPLOSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEMINFRA.

10. Vê-se que a decisão da CPLOSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEMINFRA foi acertada, tendo em vista que a Recorrida foi devidamente HABILITADA, uma vez que cumpriu com as determinações esposadas no Edital, atendendo assim o princípio da vinculação. Sendo assim, em face do princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 41 da Lei 8.666/93 – “A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”), o edital deve ser obrigatoriamente observado, conforme arestos a seguir:

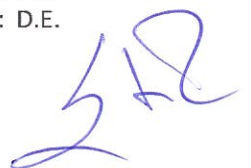
ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. LICITAÇÃO. LEILÃO JUDICIAL. EDITAL. VEÍCULO AUTOMOTOR. DESTINAÇÃO COMO SUCATA. IMPOSSÍVEL LICENCIAMENTO. VINCULAÇÃO. PRECEDENTE. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. INEXISTÊNCIA.

1. Recurso ordinário interposto contra acórdão o qual denegou o mandado de segurança que pleiteava autorização para o licenciamento de veículo automotor adquirido em leilão judicial. O recorrente alega que não possuía ciência de que estava sendo leiloado como sucata.

2. Do exame dos autos, infere-se que o edital do leilão judicial foi claro ao prever que o bem estava sendo leiloado como sucata (fl. 75), sendo aplicável ao caso a jurisprudência histórica de que o **"princípio da vinculação ao instrumento convocatório se traduz na regra de que o edital faz lei entre as partes, devendo os seus termos serem observados até o final do certame"** (REsp 354.977/SC, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Primeira Turma, DJ 9.12.2003, p. 213.). Recurso ordinário improvido.

ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO.

1. A observância do princípio da vinculação ao edital de licitação é medida que se impõe, interpretado este como um todo, de forma sistemática. **Desta maneira, os requisitos estabelecidos nas regras editalícias devem ser cumpridos fielmente**, sob pena de inabilitação do concorrente, nos termos do art. 43, inciso IV, da Lei nº 8666/93. 2. Agravo de instrumento improvido. (TRF-4 - AG: 50132325420144040000 5013232-54.2014.404.0000, Relator: FERNANDO QUADROS DA SILVA, Data de Julgamento: 20/08/2014, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: D.E. 21/08/2014)



11. Quanto aos princípios da isonomia e da moralidade, trazidos pela Lei n. 8.666/1993 em seu art. 3º, buscando o tratamento igualitário entre os licitantes, foi igualmente cumprido pela CPLOSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEMINFRA, que acabou por declarar como HABILITADA a proposta da Recorrida e em total compatibilidade com a moral, ética, bons costumes e regras da boa administração.

12. Frise-se que a jurisprudência e a doutrina mais atualizadas convergem na direção de que os princípios basilares da licitação devem ser interpretados de forma conjunta, sistematicamente, objetivando atingir os fins aos quais o certame é destinado, não havendo mais espaço para análises restritivas, com observância única e exclusiva do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, daí porque devem ser prestigiados, além do princípio da razoabilidade e proporcionalidade, os princípios da ampla concorrência, da competitividade e da eficiência, garantindo-se, ao final, a seleção da melhor proposta.

13. Assim sendo, inabilitar a Recorrida pelos fundamentos acima rebatidos seria agir em total afronta aos princípios da razoabilidade e desproporcionalidade. Induvidosamente, não são poucas as decisões que combatem esses equívocos, assim, seguem a manifestação da doutrina e alguns julgados relevantes do Tribunal de Contas da União e do Superior Tribunal de Justiça em que fica evidente o repúdio ao excesso de formalismo em detrimento de um julgamento moderado e baseado nos critérios da razoabilidade e proporcionalidade:



"Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância dos defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da lei ou do edital devem ser interpretadas como instrumentais. Daí a advertência de Adilson Abreu DaUarl, para quem existem claras manifestações doutrinárias e já há jurisprudência no sentido de que, na fase de habilitação, não deve haver rigidez excessiva; deve-se procurar a finalidade da fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade. Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isso não pode ser colocado como excludente do licitante. Deve haver uma certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase de habilitação; convém ao interesse público que haja o maior número possível de participantes", JUSTEN FILHO, Marcal.

Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13ª ed.- São Paulo: Dialética, 2009.

"...o rigor formal não pode ser exagerado ou absoluto. Como adverte o já citado HELY LOPES MEIRELLES, o princípio do procedimento formal não significa que a Administração deva ser 'formalista' a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação, como também não quer dizer que se deva anular o procedimento ou julgamento, ou inhabilitar licitantes, ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes". (Tribunal de Contas da União - Decisão 570/1992 - Plenário - Relator Ministro Bento José Bugarín - Julgado em 02/12/1992 - Data da Publicação 29/12/1992)

14. Sabe-se que o procedimento licitatório deve promover a participação de maior número de competidores interessados no objeto licitado. Por este motivo, a Lei de Licitação veda o estabelecimento de exigências que possam comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo da licitação. Trata-se de Princípio da Competição. Para além disso, existe o Princípio da Celeridade, que busca a simplificação dos procedimentos, reduzindo as formalidades e, sempre que possível, evitando a exigência de atos desnecessários, utilizados tão somente para atrasar o cumprimento do objeto do contrato, consequentemente, prejudicando o interesse público, notadamente diante de obras e/ou serviços que tem por objeto a preservação da segurança e integridade de pessoas.



15. Nesta linha, mantendo o foco no cumprimento do objeto do certame, possibilitando a pluralidade dos competidores com capacidade para execução do serviço, primando pela celeridade do processo licitatório e buscando a melhor em termos de economia e melhor qualidade para execução do serviço. Esse é o entendimento extraído por meio da aplicação do Princípio da Competição, em combinação com o Princípio de Celeridade e o equilíbrio entre o Princípio de Economicidade e o Princípio da Vantajosidade.

As exigências editalícias devem limitar-se ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame. **Acórdão 110/2007 Plenário (Sumário)**

Observe as disposições contidas no parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 3.555/2000, especialmente no que tange à interpretação das normas disciplinadoras da licitação em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e os princípios que regem o processo licitatório.

Acórdão 1046/2008 Plenário

16. A HABILITAÇÃO da **CONCRETA TECNOLOGIA EM ENGENHARIA LTDA.** é a melhor para seguir para a próxima fase do certame e, inclusive, para a execução da obra complexa, como é o caso do objeto licitado, garantindo todo cumprimento técnico.

17. Deste modo, diante de tudo quanto até aqui exposto, vê-se como evidente a HABILITAÇÃO da Recorrida **CONCRETA TECNOLOGIA EM ENGENHARIA LTDA.**, uma vez ter cumprido com TODAS as exigências editalícias e por ter apresentado o melhor preço para realização do objeto do certame.

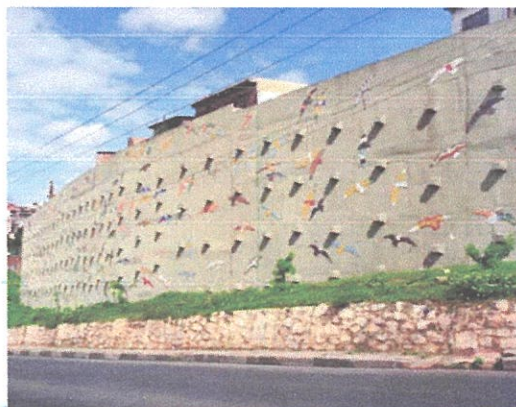
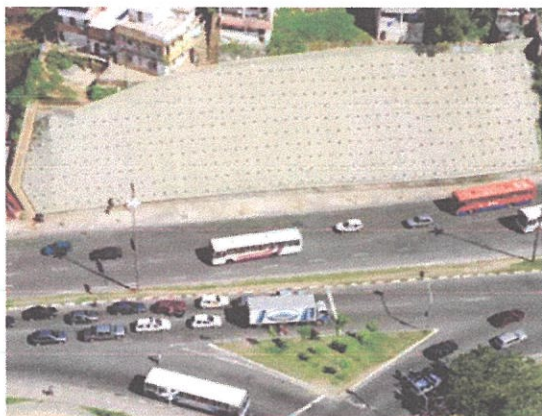
IV - DAS ALEGAÇÕES FINAIS.



18. De mais a mais, reforçando todo embasamento legal trazido, algumas arguições são dignas de considerações e reforços.

19. A **CONCRETA TECNOLOGIA EM ENGENHARIA LTDA.** atua na construção civil cerca de 53 (cinquenta e três) anos e, ao longo dessa trajetória, acumulou uma vasta experiência em diversos seguimentos da construção civil, dentre eles a expertise em contenção e estabilização de encostas, a maioria delas consideradas de alto e muito alto risco.

20. A despeito da atuação da Recorrida no cenário nacional, sabe-se que a sua atuação preponderante se desenvolve em Salvador, Bahia, cuja topografia típica, demanda muitas obras de contenção de encostas e é neste cenário que a **CONCRETA TECNOLOGIA EM ENGENHARIA LTDA.**, através da realização de dezenas de obras de contenção de encostas, se sente orgulhosa em contribuir para garantir o sossego de famílias que vivam o pesadelo quando das ocorrências de fortes chuvas o que comprovou de forma contundente com as atestações apresentadas no curso deste certame.





512



21. Além de todos os critérios objetivos terem sido cumpridos pela Recorrida, a **CONCRETA TECNOLOGIA EM ENGENHARIA LTDA.** não se esquivou em apresentar comprovação do seu comportamento cioso e relevante compromisso social inerente à responsabilidade com o objeto da licitação e com o erário, sabedora que é da batalha que a Administração Pública enfrenta para garantir a segurança dos administrados.

V - CONCLUSÃO.

22. Ante o exposto, demonstrada de forma incontestável a falta de fundamento dos argumentos expendidos pela Recorrente, requer seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso, mantendo-se a **HABILITAÇÃO** da



CONCRETA TECNOLOGIA EM ENGENHARIA LTDA., permanecendo incólume a decisão da CPLOSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEMINFRA.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Salvador, 10 de outubro de 2023.

CONCRETA TECNOLOGIA EM ENGENHARIA LTDA.



CONCRETA TECNOLOGIA EM ENGENHARIA
Carlos Eduardo Santos dos Reis
Gerente Comercial